



Resumo de Notícias

18/05/2016 - Sinttel-ES

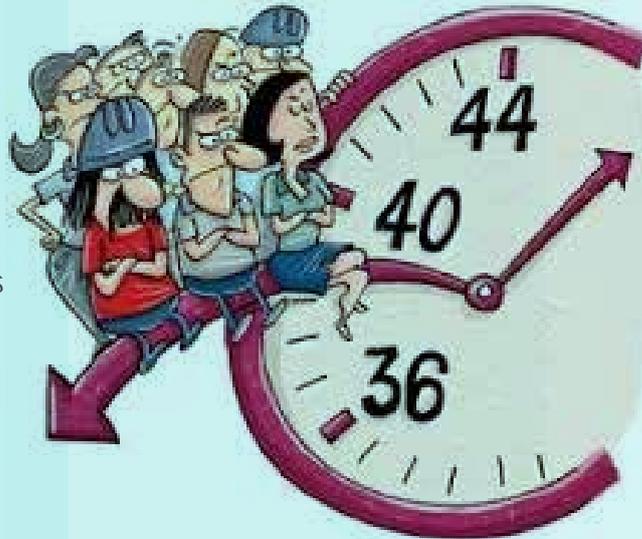
Telefonistas Plansul/BB tem direito ao valor integral do tíquete desde 2010

O julgamento de uma Ação Civil Pública (ACP), de autoria da Procuradoria do Ministério Público do Trabalho no ES (MPT-ES), obrigou a Plansul Planejamento e Consultoria Ltda., empresa que presta serviços de cessão de mão-de-obra (telefonistas) ao Banco Brasil, a pagar retroativamente ao dia 01/10/2010 as diferenças de valor do auxílio-alimentação (tíquete), conforme havia sido acordado em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) entre o Sinttel-ES com o Seaces (Sindicato das Empresas) à época.

Além disso, a Plansur foi condenada por dano moral coletivo no valor de R\$ 100 mil, por utilizar "ponto britânico", o que fere o art. 74, § 2º da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A empresa terá que implantar um sistema de controle de jornada nos moldes da legislação. O pagamento pelo dano moral coletivo de R\$ 100 mil será destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A expressão "registro britânico" refere-se à marcação da jornada de trabalho de forma fixa. Todos os dias, a jornada se inicia no mesmo minuto e segundo, sem variações. E repete-se o horário anotado por meses.

Imagine que o/a empregado/a escreve no controle de ponto que iniciou a jornada de trabalho às 08h00 (zero zero) e que encerrou o primeiro expediente às 12h00 (zero zero) e que retornou do intervalo para refeição e descanso às 14h00 (zero zero) e, assim por diante. Isso é considerado "Registro Britânico" e não possui nenhum valor. A Justiça presume que estes horários são falsos, pois não transmitem a realidade das horas trabalhadas, já que é impossível que todos os dias no mesmo mi-



nuto e segundo ocorram os mesmos horários de início e de fim da jornada. Logo, a presunção é de que isso é uma fraude. Isso também esconde as horas extras efetivamente trabalhadas e, certamente, não pagas. Os livros apresentados pela empresa mostravam esses vícios.

O Ministério Público tentou de todas as formas fazer com que a Plansur mudasse a maneira de con-

trolar a jornada dos/as empregados/as, instalando os mecanismos eletrônicos hoje disponíveis. Foram duas audiências: dias 19 de agosto e 08 de outubro de 2014. A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) efetuou duas fiscalizações e aplicou multas e, nos relatórios apresentados pelos fiscais, a empresa incorria no mesmo erro. O MPT-ES propôs, então, um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), mas não houve acordo. E, diante da impossibilidade de conciliação, a ACP foi parar no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES).

E o julgamento começou analisando recursos do MPT no dia 18/12/2015, sobre o dano moral coletivo, o não pagamento integral do tíquete e também os problemas com o controle da Jornada.

Foi a 1ª Turma do TRT-ES (formada por três desembargadores: José Carlos Risk, Gerson Fernando da Sylveira Novais e José Luiz Serafini) que reconheceu o direito dos/as telefonistas em receber o valor integral do auxílio-alimentação/refeição, previsto na Convenção Coletiva firmada pelo Sinttel em 01/10/2010.

Porém, para receber essas diferenças de valor, todas/os terão que ingressar com ações individuais de execução, na Justiça do Trabalho e, ai esperar pela decisão de cada juiz/a que julgar a questão.



Resumo de Notícias

Qual o prejuízo?

Para se ter ideia do prejuízo, a empresa pagava R\$ 50,00 por mês como auxílio-alimentação/refeição. Apesar de a CCT de 2010/2011 estabelecer um valor diário de R\$ 7,57, a Plansur não o considerava, uma vez que a para ela, essa cláusula da CCT deveria vigorar apenas para contratos novos. A Plansur, aproveita-se de já ter um contrato anterior, assinado com o Banco do Brasil, para sonegar o pagamento do auxílio-alimentação.

O Sinttel-ES ingressou, em 2014, com uma ação na Justiça do Trabalho para resolver essa questão, já que o problema persistia. Havia uma dúvida que residia na consideração ou não de novo contrato a prorrogação do contrato da Plansur com o Banco do Brasil, uma vez que o contrato foi firmado em 27.07.2009 e a CCT, que previa o direito ao auxílio-alimentação, a partir de outubro de 2010.

Ingressar com ação para receber o tíquete

O Sinttel-ES convoca todas as telefonistas da Plansul, ativas e ex-empregadas, para ingressar com as ações individuais pleiteando o complementação do pagamento do auxílio-alimentação.

O departamento jurídico estará à disposição para preparar as ações e a documentação necessária. Além dos documentos pessoais e comprovante de endereço, a CTPS e os contracheques são muito importante, pois neles estão as informações imprescindíveis para os cálculos.

Um alerta!

Apesar de o direito ao pagamento do benefício ter sido reconhecido pela Justiça do Trabalho, não é garantido que todos recebam.

Um situação parecida com essa, em que o MPT-ES ganhou uma Ação Civil Pública, aconteceu contra

a Claro, por não pagamento de horas extras. Nesse processo, os/as trabalhadores/as também tiveram que ingressar com ações individuais para receber as horas extras não pagas, porque o cálculo variava de pregado para empregado. O departamento Jurídico do Sinttel entrou com várias ações, e em duas delas, os/as trabalhadores/as perderam. E não cabe recurso para esse tipo de processo de execução. Isso significa dizer que não tem como recorrer nessas ações negadas.

Foi o MPT/ES, por meio de uma denúncia, que ingressou com o processo para apurar as irregularidades no registro do ponto e no controle de jornada na Plansul. E foi entre uma audiência e outra, uma fiscalização e outra, que o pagamento a menor do tíquete virou também alvo na ação. Durante o período que essa ACP tramitou na Justiça do Trabalho, o Sinttel-ES não foi acionado pelo MPT-ES. Em nenhum momento o MPT-ES quis dividir o problema, ou os êxitos da ação.

Entretanto, para que os/as telefonistas possam receber, o processo é transferido para o Sinttel-ES, que terá que assumir o ônus pelo ingresso dessas ações, que podem ser ou não vitoriosas, dependendo da interpretação de cada juiz. É aquela velha história: "toma que o filho é teu".

O Sinttel-ES não se exime, de forma alguma, de estar junto de sua categoria e poder dar a assistência jurídica necessária. Mas não será responsabilizado pelo insucesso que tais ações de execução possam vir a ter.

Por que os procuradores do Ministério Público do Trabalho não fazem o processo completo, solicitando ao Sinttel o nome dos ex-trabalhadores/as e trabalhadores/as da Plansul que tem direito ao pagamento do tíquete, para que, na sentença final, inclua os beneficiários?



Resumo de Notícias

Telesíntese - 18/05/2016

“Minha prioridade é fortalecer a Anatel”, diz Kassab.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, em entrevista ao programa Palavras Cruzadas, da TV Brasil, contou que pretende tornar a estrutura do extinto Ministério das Comunicações mais leve e transferir para a Anatel as funções que forem pertinentes à sua missão. Defendeu a necessidade de buscar um equilíbrio entre os limites impostos às empresas do setor e a atração de novos investimentos e disse que, se nas comunicações o capital a ser investido será predominantemente privado, na ciência e tecnologia o investimento será majoritariamente do Tesouro. “Vou ser um aliado do setor de C&T na busca de recursos junto ao governo”, afirmou.

Em sua primeira entrevista como ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab foi genérico na maioria de suas respostas, pois disse que ainda está tomando conhecimento de várias iniciativas e analisando projetos. No entanto, foi contundente em relação a um ponto. “Minha prioridade é fortalecer a Anatel, trabalhar na reforma administrativa para tornar mais leve a estrutura do Ministério das Comunicações, agora extinto, e dar atenção às funções relacionadas com o atendimento dos consumidores”, afirmou. A entrevista, gravada hoje (18) em Brasília, foi concedida ao programa Palavras Cruzadas, da TV Brasil, comandado pelo jornalista Paulo Markun.

Ao ser perguntado sobre a transferência para Anatel das atividades relacionadas a concessões e outorgas da radiodifusão, defendida pela Abert, a entidade dos radiodifusores, Kassab disse ser uma possibilidade. Em sua avaliação, a Anatel está melhor preparada para enfrentar essa tarefa, em função de seu quadro técnico, do que o ministério. E revelou a intenção de transferir para a Anatel todas as atividades desenvolvidas no âmbito do ministério que sejam pertinentes à sua missão.

Como dar novas atividades para a Anatel com seu orçamento atual que não cobre nem suas demandas atuais? Sem entrar no debate específico, salientou que em tempo de restrições orçamentárias o gestor tem que definir prioridades. “Não há recursos para todas

as metas”, observou, destacando que o fundamental é ser transparente para a sociedade. “Se tiver que adotar medida impopular, ela tem que ser colocada claramente e justificada.”

Ele quer aperfeiçoar a gestão da área de comunicações e telecomunicações com foco no consumidor, mas salientou que é também preciso estimular o capital privado. “As empresas têm que ter limites em sua atuação”, mas também é importante que sejam estimuladas a investir. “Temos que encontrar o equilíbrio.”

Recursos públicos

Se entende que os investimentos no setor de telecom e radiodifusão têm que vir do capital privado, com regras claras e estáveis, considera que na área de ciência e tecnologia o financiamento é majoritariamente do Tesouro Nacional. Ao contar que já se reuniu com a maior parte das entidades e lideranças da área de C&T, destacou que disse a elas que vai defender recursos para o setor junto ao governo. “Eu quero ser reconhecido como o Adib Jatene, que buscou recursos para a saúde. Vou buscar recursos para a ciência e tecnologia”, mencionou.

Sobre a banda larga, falou da importância da internet para a sociedade e que deve ser tratada como prioridade, mas disse que não conhece o Programa Brasil Inteligente, lançado pelo ex-ministro André Figueiredo pouco antes de sua saída. “Vamos avaliar e aperfeiçoar o que for necessário”, pontuou.



Resumo de Notícias

18/05/2016 - CUT

Sindicatos da CUT organizam assembleias contra o golpe

Resolução da Executiva define realizar debates nos locais de trabalho para explicar ataques aos direitos, aos empregos e salários

A Direção Executiva Nacional da CUT, reunida em São Paulo no dia 16 de maio de 2016, reafirma sua posição de que o Brasil vive um golpe de Estado em andamento. Um golpe que afastou temporariamente a Presidenta da República, eleita por mais de 54 milhões de votos, sem que ela tenha cometido crime de responsabilidade. O vice-presidente Michel Temer, um dos articuladores desse golpe, não é e não será reconhecido pela CUT. Seu governo ilegítimo será combatido, como devem ser combatidos todos os governos que não são respaldados pelo voto popular, através da luta e da mobilização para abreviar a sua existência e restabelecer a democracia e a soberania popular.

A composição do ministério do governo Temer, que até agora não inclui nenhuma mulher e nenhum negro, com vários membros do primeiro escalão envolvidos em atos de corrupção, demonstra a baixa representatividade e credibilidade dos golpistas e para quem pretendem governar.

O projeto do governo golpista é construir uma ponte para o passado neoliberal, de triste lembrança. Querem colocar o Estado a favor do capital em detrimento dos interesses dos/as trabalhadores/as e da maioria da população, como todos os governos neoliberais o fizeram.

As ideias enunciadas em documentos como "Uma Ponte para o Futuro" e as primeiras medidas já anunciadas deixam claro a que vieram aqueles que usurparam o poder. Eles querem retirar direitos e arrochar os salários dos trabalhadores. Pretendem diminuir o investimento do Estado em políticas públicas, como educação e saúde, prejudicando os setores mais pobres da população. Querem estabelecer a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria, acabar com a

política de reajuste do salário mínimo e de reajuste das aposentadorias. Pretendem aprovar a terceirização ilimitada e estabelecer o negociado sobre o legislado, rasgando os direitos trabalhistas consolidados na CLT. Querem acabar com o sistema de partilha do Pré-Sal, vender as empresas estatais e promover a privatização dos serviços públicos. Pretendem reduzir os programas sociais, demitir servidores públicos e congelar seus salários.

É a clara demonstração de que a CUT vinha alertando desde que se iniciou a operação de golpe institucional contra a presidenta eleita Dilma Rousseff: o golpe tem como alvo central os direitos e as conquistas da classe trabalhadora e dos setores explorados e oprimidos de nosso povo; o golpe é contra a soberania nacional para facilitar a pilhagem de nossas riquezas naturais, através das privatizações e da entrega do Pré-sal.

A CUT, que enfrentou o golpe ao lado das forças democrático-populares e com elas continuará cerrando fileiras para denunciar e abreviar a existência do governo golpista e ilegítimo continuará participando ativamente da construção e implementação de uma agenda unitária da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo.

Diante dos iminentes ataques do governo golpista aos direitos e interesses da classe trabalhadora e da nação, a CUT considera urgente priorizar a organização dos/as trabalhadores/as, fortalecendo-os para impedir os retrocessos e fortalecer a resistência que continuaremos a travar.

Leia mais em:

<http://cut.org.br/noticias/sindicatos-da-cut-organizam-assembleias-contra-o-golpe-c6b2/>



Resumo de Notícias

18/05/2016 - Rede Brasil Atual

Dilma: cortes no Bolsa Família podem colocar o país de volta no Mapa da Fome

Em diálogo com internautas, presidenta afastada avaliou possíveis cortes no programa. "Seria catastrófico. A cada 30 minutos, 22 crianças deixariam de frequentar a escola"

A presidenta afastada Dilma Rousseff respondeu hoje (18) perguntas de internautas pelo Facebook, prioritariamente sobre o Bolsa Família, para o qual traçou expectativas. "Quase todos os países desenvolvidos possuem programas similares, que se tornam mais importantes ainda durante crises econômicas", disse.

Afastada da presidência na última quinta-feira (12), pelo Senado Federal, Dilma estava acompanhada da ex-ministra Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A pasta foi modificada para Desenvolvimento Social e Agrário, e a ministra, substituída por Osmar Terra (PM-DB-RS). Uma das primeiras questões respondidas foi sobre novas políticas em relação ao benefício. Em entrevista recente, o ministro nomeado pelo presidente interino, Michel Temer (PMDB), disse que promoverá um "pente-fino" no Bolsa Família.

"Me responda o que seria esta reavaliação no Bolsa Família que o ministro falou. Isso poderá cortar benefícios", questionou uma internauta. Dilma disse: "É verdade. Eles têm falado muito em cortar benefícios. Com o Bolsa Família, falam de cortar de 10% a 30%. Isso significa 4,7 milhões até 13 milhões de pessoas. Veja, eles falaram até em deixar só 5% das pessoas no programa (...) Se o programa for focado apenas neste número, vamos ter a seguinte situação catastrófica: a cada 30 minutos, 22 crianças deixariam de frequentar a escola".

A presidenta lembrou que o programa exige do beneficiado que seus filhos estejam matriculados no ensino regular. "Hoje, nós temos 17 milhões de crianças e jovens frequentando regularmente a escola graças ao Bolsa Família. Por isso, ficamos preocupados com os cortes", afirmou.

De acordo com Dilma, o programa além de estimular a educação, fortalece a geração de renda através do trabalho. "Mais de 70% dos adultos trabalham, o mesmo percentual dos adultos que não recebem o programa. Assim, é um preconceito muito difundido por aqueles que querem acabar com o programa achar que quem recebe o benefício não trabalha. O Bolsa Família, para muitos, é

um complemento de sua pequena renda, para outros, é a única renda que têm e a diferença entre ter alimento ou não", afirmou.

Dilma também falou sobre a fome no país. De acordo com as Nações Unidas, nos últimos 12 anos de governo do PT, o país reduziu em 82% o número de famintos, saindo do Mapa da Fome da organização. Ao ser questionada se existe risco de o país retornar para o cenário anterior, disse: "É claro que se houver corte no programa há o risco de voltarmos ao passado. É com orgulho que podemos dizer que nasceu no Brasil a primeira geração de crianças livres da fome e na escola. Não podemos permitir retrocessos".

Dilma afirmou ser preconceito achar que pessoas se acomodam. "Para ter uma ideia, quase 1 milhão de adultos do Bolsa Família fizeram cursos de qualificação profissional com o Pronatec. Quase 70% são mulheres. Isso mostra que as pessoas sempre querem melhorar de vida."

Também foi abordada a questão do cadastramento obrigatório para as famílias do programa. "Um dos mecanismos de controle é que os beneficiados, a cada dois anos, têm que atualizar o seu cadastro. Neste ano, 606 mil famílias declararam que tinham melhorado de renda. Isso mostra que a população não considera o Bolsa Família um 'projeto de vida' e quer continuar avançando", disse.

Por fim, a presidenta fez um balanço do legado do Bolsa Família. "Você consegue imaginar como será o Brasil com adultos que, quando crianças, se alimentaram adequadamente, frequentaram a escola, tiveram acompanhamento de saúde, foram vacinadas? Serão certamente adultos que conseguiram completar sua educação acessarem a universidade. Haverá uma quebra do ciclo de pobreza e eles certamente não vão repetir a história dos seus pais. Será um país melhor", afirmou.

Descontraída, a presidenta agradeceu as mensagens em defesa de seu mandato, da democracia e contra o golpe, e chegou a postar a música Apesar de Você, de Chico Buarque. "Seguimos na luta", conclui



Resumo de Notícias

'Governo Temer tentará esconder o que vai fazer com bancos públicos', diz Mattoso

"Eles precisam dessas instituições. Não vão fazer nenhuma loucura imediata", diz ex-presidente da Caixa Econômica Federal no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva

Na primeira entrevista coletiva como ministro da Fazenda, Henrique Meirelles disse ontem (13) que os bancos públicos "serão avaliados com critérios técnicos e serão adotadas políticas com sua finalidade básica, que é emprestar e transformar a poupança em investimentos". A "previsão" não revela a questão que todos querem saber: qual será a política do novo governo para os bancos públicos, em especial a Caixa Econômica Federal?

Para Jorge Mattoso, professor aposentado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e ex-presidente da Caixa Econômica Federal no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, Meirelles "falou de questões genéricas das quais ninguém pode discordar". "Até porque, bancos públicos ou privados têm mesmo de conseguir recursos para emprestar, é a função do banco. Mas os bancos públicos têm outra função. No caso da Caixa, é um banco que favorece políticas públicas, como Minha Casa Minha Vida e outras", diz.

"Vai ser um governo conservador, mas eles vão tentar, em todos os momentos, fazer um jogo de esconder o que efetivamente vão fazer, porque ainda vai haver o julgamento do impeachment de Dilma no Senado, e eles querem evitar perder apoios. Vão tentar disfarçar", avalia o ex-presidente da Caixa.

Mattoso calcula, porém, que o governo Temer "tem uma grande vantagem, porque a economia já dá sinais de melhora, graças às políticas da Dilma". Para ele, esse fator é revelado pela expectativa do mercado de redução dos juros e de queda da inflação, além das exportações em crescimento graças à desvalorização do real, terem permitido uma melhora do setor industrial, produtivo e exportador. "Há um quadro que não é igual ao que era há dois meses, seis meses atrás", diz.

O mercado prevê queda de 0,5 ponto percentual (para 13,75%) na taxa Selic até o fim deste ano. A estimativa do IPCA também vem se reduzindo. Caiu de 7,59%, em 4 de março, para 7% em 6 de maio. "Não estou dizendo que estava tudo resolvido (no governo Dilma) e o Brasil passou a crescer. Mas há um processo de reversão e o governo Temer vai tentar capturar isso como se fosse uma coisa dele".

Em dezembro de 2014, dados do Banco Central mostravam que a Caixa Econômica Federal havia chegado ao posto de terceiro maior banco do país em ativos (R\$ 1,064 trilhão), atrás de outra instituição do Estado, o Banco do Brasil (R\$ 1,4 tri), e Itaú (R\$ 1,12 tri).

Nos governos do PT, a Caixa foi responsável por executar os programas Minha Casa Minha Vida, além de essencial para o Programa de Aceleração do Crescimento e para o enfrentamento da crise internacional que explodiu em 2008, ao manter as linhas de crédito que os bancos comerciais restringiram drasticamente.

Para Mattoso, portanto, não se pode dizer, no momento, quais as intenções do governo Temer quanto aos bancos públicos, especialmente a Caixa. "Eles precisam dessas instituições. Não vão fazer nenhuma loucura imediata, embora eu tenha visto uma entrevista com o supostamente indicado para a presidência da Caixa, Gilberto Occhi, no Estadão, em que ele defende a abertura do capital de três áreas do banco: seguro, loterias e cartões. "A abertura total do capital da Caixa seria um segundo passo", disse Occhi na entrevista, publicada no dia 11. "Isso é uma forma de privatizar ou pelo menos reduzir a participação pública", diz Mattoso.

Occhi, do PP, entregou o cargo de ministro da Integração Nacional em 13 de abril de 2016, quatro dias antes da votação do impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados.

BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também desempenhou papel fundamental no enfrentamento da crise mundial de 2008. Matéria da RBA de agosto de 2010 mostrava que, em 2000, a instituição financeira desembolsou R\$ 23,3 bilhões para novos investimentos. Em 2009, o investimento chegou a R\$ 137 bilhões.

"Os projetos de valor estratégico são, por exemplo, os incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em 2008, metade dos projetos contratados junto ao setor de infraestrutura do BNDES pertenciam ao PAC", registrou a reportagem. "Em 2008, a instituição foi responsável por 14,2% do investimento na economia brasileira, contra 8,7% em 2000."